



Plenário analisa nova regra para certidão de nascimento

Projeto que permite registrar como naturalidade da criança o município de residência da mãe, e não o do local do parto, abre pauta da semana

Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/7/2017



Senadores também podem votar nesta semana propostas sobre criação das polícias penais e flexibilização das regras para renegociação de empréstimos rurais

O Senado deve votar nesta semana um projeto que altera a Lei de Registros Públicos para permitir que a certidão de nascimento indique como naturalidade da criança o município de residência da mãe, e não aquele em que ocorreu o parto, como determina a legislação atual. Originado de medida provisória, o texto é o primeiro item da pauta do Plenário.

Também estão na ordem do dia uma proposta que facilita a renegociação de dívidas rurais e outra que transforma a carreira dos agentes penitenciários em carreira policial, instituindo as polícias penais. **3**

Roque de Sá/Agência Senado



Jorge Viana anuncia que texto segue para a análise da Câmara

Projeto torna crime violar direitos de advogados

Segue para a Câmara o projeto que criminaliza a violação de direitos e prerrogativas dos advogados. O recurso apresentado para a votação da proposta no Plenário do Senado não recebeu número suficiente de assinaturas. No dia 9, o projeto foi aprovado em caráter final na Comissão de Constituição e Justiça. **3**

Congresso avalia vetos presidenciais, inclusive à LDO 2017

O Congresso se reúne amanhã para analisar 16 vetos e 2 projetos de lei. Um dos itens da pauta é o veto parcial à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017. Também deve ser votado o veto parcial à regulamentação da profissão de designer de interiores e o veto total ao projeto sobre interdição cautelar de estabelecimento envolvido em infração sanitária. **7**

Voto contra reforma trabalhista baseará estatuto

Durante audiência na subcomissão da Comissão de Direitos Humanos que analisa a criação do Estatuto do Trabalho, Paulo Paim anunciou

que o texto da proposta deverá ter como ponto de partida o relatório aprovado em junho na Comissão de Assuntos Sociais contra a reforma tra-

balhista. O texto originou-se de um voto em separado, mas a reforma foi posteriormente sancionada, após aprovação pelo Plenário. **8**



Paulo Paim (C) presidiu debate onde foram criticados projetos considerados capazes de precarizar relações trabalhistas

Marcos Oliveira/Agência Senado

Exposição on-line de fotos mostra dia a dia do Senado

Por ocasião do Dia Internacional da Fotografia, celebrado no sábado, o portal de notícias do Senado abriga uma exposição de

fotos que retratam o cotidiano da Casa, incluindo o trabalho dos senadores nas comissões e no Plenário e manifestações populares

dentro e fora do Congresso. As imagens foram feitas pelos fotógrafos que trabalham para o Senado Notícias e o **Jornal do Senado**. **4 e 5**



Congresso Nacional fotografado através de lente especial: exposição on-line de fotos está no Senado Notícias

Ano Volpe/Agência Senado

Mulher: Senado poderá ter comitê contra assédio

Um projeto que está pronto para ser analisado na Comissão de Constituição e Justiça cria no Senado o Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral ou Sexual, voltado para servidoras da Casa. **6**

Em 1 ano, Casa reduz consumo de água em 31% **2**

Trabalho escravo e infantil é tema de audiência hoje **8**

Senado reduz o consumo de água, energia e papel

Diminuição da pressão nas saídas de água, conserto de vazamentos e conscientização dos usuários ajudaram a baixar gastos. Novas tecnologias podem aumentar ainda mais a economia de recursos



DE MAIO A julho, o Senado reduziu em 31% o consumo de água e em 4,15% o de energia, em comparação com o mesmo período do ano passado. O uso de folhas de papel A4 caiu 8%, passando de 5,3 mil resmas (pacotes com 500 folhas) em 2016 para 4,9 mil em 2017. Os dados são da Coordenação de Administração e Suprimento de Almoxxarifados.

A diretora-geral, Ilana Trombka, afirma que têm sido testadas novas tecnologias que poderão reduzir ainda mais o consumo na Casa.

— O Senado segue fazendo o seu dever de casa para baixar os valores referentes a uma diversidade enorme de itens. Isso é importante especialmente neste momento em que o Distrito Federal entra no período de seca e há racionamento de água. Além disso, o processo eletrônico segue dando resultados positivos e a mudança no contrato de terceirização de impressão também se mostrou acertada — afirmou.

Houve redução no consumo de água. Em maio de 2016, foram utilizados 15,4 mil metros

cúbicos de água. Em 2017, 10,2 mil metros cúbicos. O diretor da Secretaria de Infraestrutura, Joelmo Borges, destacou a instalação de redutores de pressão na saída dos principais reservatórios de água do Senado, além de ações de detecção e conserto de vazamentos.

— De maio a julho de 2017, economizamos 14 mil metros cúbicos, comparando com o mesmo período do ano anterior. A nossa previsão inicial era menor, mas os usuários das nossas instalações têm demonstrado preocupação e otimizado consideravelmente o uso desse recurso — explicou.

Conscientização

Em relação à economia de energia elétrica, Borges salienta que, além das ações rotineiras de manutenção dos equipamentos, foi instituída uma nova política para operação dos equipamentos de climatização na Casa. Desde fevereiro, os aparelhos de ar condicionado têm horário definido para serem ligados e desligados.

— Pretendemos obter novos ganhos a partir da conscientização dos usuários. Medidas simples como desligar os equipamentos de climatização,

iluminação e computadores, ao sair dos ambientes de trabalho, podem colaborar para novas reduções.

Em relação ao papel, o coordenador de Administração e Suprimento de Almoxxarifados, Antônio César Moura, acredita que alguns fatores podem ter contribuído para a queda no uso. Um deles foi a mudança na configuração das impressoras, que foram programadas para imprimir em frente e verso.

— A redução do número de impressoras nos setores ajudou. O Portal da Transparência também teve impacto, a partir do momento em que esses dados passaram a ser exportados do Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxxarifado para o portal. Agora esses dados estão abertos para todo o país.

O gestor do Núcleo de Coordenação das Ações Socioambientais, Pérsio Barroso, ressalta que o Senado tem feito esforços para conscientizar os servidores e diminuir gradativamente o uso desses insumos.

— No caso do papel, a racionalização das impressoras teve um impacto muito grande. Agora estamos programando o desligamento remoto das estações de trabalho, que vai ser implantado em etapas a partir de setembro — disse.

Outro fator que contribuiu para a redução do consumo de papel foi a implantação do processo eletrônico no Senado. Desde então, o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos controla a produção, a transmissão, o armazenamento, a manutenção e a preservação dos processos. Em maio de 2015, novos processos passaram a ser inteiramente digitais.

Para o coordenador-geral da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação, Wênis de Almeida Batista, o processo eletrônico garantiu economia de diversos insumos e proporcionou mais rapidez nos processos.



Jonas Pereira/Agência Senado

O Congresso ganhou iluminação especial no fim de semana em solidariedade ao povo espanhol. As torres e as cúpulas do Senado e da Câmara receberam as cores da bandeira da Espanha (vermelho e amarelo). A decisão dos presidentes das duas Casas, senador Eunício Oliveira e deputado Rodrigo Maia, foi tomada após o atentado terrorista ocorrido na quinta-feira em Barcelona e Cambrils. “É um ato de solidariedade à nação espanhola e às famílias de espanhóis que vivem no Brasil. Ao mesmo tempo, representa um sinal de repúdio a qualquer tipo de violência”, disse Eunício. Hoje o Congresso volta a ser iluminado com a cor violeta, em referência ao Dia Nacional do Perdão, celebrado em 31 de agosto.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
<p>CDH Combate ao trabalho escravo 9h Debate sobre combate ao trabalho escravo.</p> <p>PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.</p> <p>CPI DA PREVIDÊNCIA Debate 15h Audiência com fiscais e auditores.</p> <p>SESSÃO SOLENE Cursos de direito 17h 190 anos dos cursos de direito no país.</p> <p>CRE Alianças internacionais 18h Debate sobre alianças estratégicas.</p>	<p>CI Querosene de aviação 9h Debate sobre o ICMS em operações com querosene de aviação.</p> <p>CAE Custo Brasil 10h Audiência sobre o custo Brasil.</p> <p>CE Semana de Valorização da Vida 11h30 Entre 22 itens, o PLS 163/2017, que institui a Semana de Valorização da Vida.</p> <p>CMA Exploração de recursos minerais 11h30 Na pauta de 9 itens, o PLS 63/2017, que agrava pena para exploração irregular de recursos minerais.</p> <p>REUNIÃO DE LÍDERES Votações 14h30 Líderes definem pauta.</p> <p>MP 780/2017 Débitos não tributários 14h30 A comissão da MP, sobre débitos não tributários, vota relatório.</p> <p>MP 784/2017 Acordo de leniência 14h30 A comissão da MP, sobre acordo de leniência no sistema financeiro, faz debate.</p> <p>MP 777/2017 Contratos do BNDES 15h A comissão da MP 777/2017, que cria taxa para contratos do BNDES, vota relatório.</p> <p>CONSELHO DE ÉTICA Quebra de decoro 15h Sorteio de relator de denúncia contra Lindbergh Farias.</p> <p>MP 781/2017 Fundo Penitenciário 15h A comissão da MP, sobre o Funpen, aprecia relatório.</p> <p>CMO Vetos na LDO 2018 15h Colegiado analisa vetos à LDO 2018.</p>	<p>CONGRESSO Vetos 19h Sessão conjunta para apreciação de vetos e projetos sobre créditos especiais.</p> <p>CCT Transparência 8h30 Na pauta de 29 itens, projeto que obriga órgãos públicos federais a transmitir reuniões ao vivo pela internet.</p> <p>CAS Atividades da Anvisa 9h A comissão analisa 17 itens. Entre eles, projeto sobre segurança das instituições financeiras. Na sequência, ouve o presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa.</p> <p>CDR Revitalização do São Francisco 9h Audiência interativa com o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, sobre o programa de revitalização do Rio São Francisco.</p> <p>CDH Brinquedos adaptados 11h Na pauta de 19 itens, projeto sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência.</p> <p>CRA Pesquisa agropecuária 14h Audiência interativa para avaliar a política de pesquisa agropecuária.</p> <p>GRUPO PARLAMENTAR Marrocos 14h30 O grupo parlamentar Brasil-Marrocos vota plano de trabalho para 2017-2018.</p> <p>MP 784/2017 Acordo de leniência 14h30 Comissão mista que analisa a MP faz audiência pública com o setor financeiro.</p> <p>MP 785/2017 Novo Fies 14h30 A comissão mista da MP ouve representantes das mantenedoras de ensino superior e dos trabalhadores em educação.</p> <p>CAS Saúde pública 9h Audiência sobre projeto que trata de parâmetros de custo-efetividade no SUS.</p> <p>MP 784/2017 Acordo de leniência 9h30 A comissão mista faz outra audiência sobre a MP com representantes do Banco Central e da CVM.</p>	

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

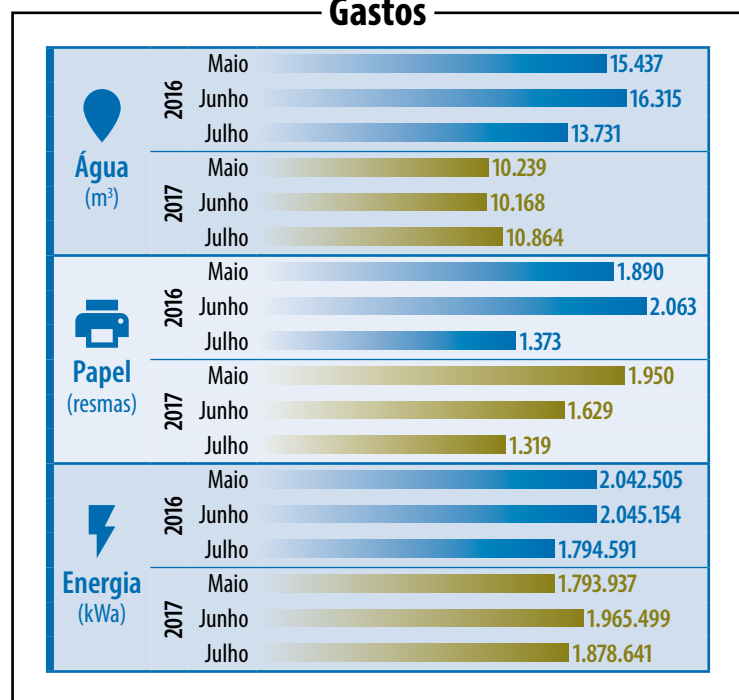
• Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Gastos



Congresso celebra 190 anos do curso de direito no país

Os 190 anos da criação dos dois primeiros cursos de direito do Brasil serão lembrados hoje em sessão solene do Congresso. A Faculdade de Direito de Olinda e a Faculdade de São Paulo foram as pioneiras a oferecerem o curso em 1827.

A fundação de faculdades de direito no Brasil foi motivada pelas discussões em torno da Assembleia Constituinte de 1823, convocada para a

elaboração da primeira Constituição brasileira. Na época, a necessidade de oferecer um curso de formação jurídica ganhou destaque. Anos depois, em 1827, a ideia seria concretizada com inauguração de duas instituições, uma em São Paulo e outra em Olinda.

A Faculdade de Direito de Olinda foi transferida em 1854 para a capital, Recife, e passou a ser parte da Universidade

Federal de Pernambuco. Já a Faculdade de São Paulo compõe hoje a Universidade de São Paulo (USP).

Atualmente o Brasil é o país com o maior número de faculdades de direito no mundo, com cerca de 1.245 cursos superiores registrados.

O pedido para a solenidade foi feito pelo senador Hélio José (PMDB-DF) e pelo deputado Miro Teixeira (Rede-RJ).

Registro de nascimento abre pauta da semana

Plenário analisa permissão para que a certidão de nascimento indique como naturalidade da criança a cidade de residência da mãe, e não apenas aquela em que ocorreu o parto

OS SENADORES DEVEM começar as votações desta semana no Plenário pelo projeto de lei de conversão proveniente da medida provisória que muda a regra para o registro de nascimentos.

O texto editado pelo governo (MPV 776/2017) altera a Lei de Registros Públicos para permitir que a certidão de nascimento indique como naturalidade da criança o município de residência da mãe, e não obrigatoriamente aquele em que ocorreu o parto, como manda a lei atual.

O objetivo da medida provisória é permitir que os pais de pequenas cidades no interior, que não possuem maternidades, possam registrar como naturalidade de seus filhos o local com o qual mantêm laços afetivos. Assim, não serão obrigados a registrar no documento o município para o qual precisaram se deslocar temporariamente para fazer o parto. A estimativa é de que 41% dos municípios brasileiros se enquadrem nessa situação.

A MP foi aprovada em comissão mista e relatado pela senadora Regina Sousa (PT-



Jonas Pereira/Agência Senado - 12/7/2017

Plenário também pode votar o projeto que cria polícias penais e o que facilita renegociação de dívidas rurais

-PI). O texto (PLV 24/2017) dispensa a consulta ao Ministério Público antes de averbações nos registros de todos os documentos nos cartórios. As averbações são observações de mudanças determinadas por juiz ou por ocorrência de fatos como casamento e divórcio.

Com a mudança, o parecer do Ministério Público será solicitado pelo oficial do cartório somente se ele suspeitar de fraude, falsidade ou má-fé nas declarações ou na documenta-

ção apresentada. O oficial terá ainda de indicar, por escrito, os motivos da suspeita.

Crédito rural

Outro projeto na pauta do Plenário é o PLS 354/2014, que cria um procedimento menos burocrático para a renegociação do crédito rural. O projeto tramita em caráter de urgência.

O texto, de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), estabelece regras para que

agricultores que contraíram empréstimos e estejam inadimplentes possam renegociá-los de forma mais ágil e diretamente com instituições financeiras que integram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

A proposta define regras para esses acordos, como o estabelecimento de novos prazos. A conclusão de um processo de renegociação se dará em até 180 dias, com a possibilidade de prorrogação

por igual período.

O projeto determina ainda que, após receber do agricultor o pedido de negociação da dívida, o banco terá até 60 dias para responder. Será analisada, entre outros aspectos, a proposta de quitação apresentada pelo credor e sua capacidade de cumprimento do novo acordo.

Polícias penitenciárias

Os senadores também devem votar, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição que transforma a carreira dos agentes penitenciários em uma carreira policial, instituindo as polícias penais estaduais.

De autoria do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a proposta (PEC 14/2016) acrescenta essas polícias ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública e determina como competência delas a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos. A intenção, além de igualar os direitos de agentes penitenciários e policiais, é liberar as polícias civis e militares da guarda e escolta de presos.

Projeto que pune violação a direitos e prerrogativas de advogados vai à Câmara

O projeto que altera o Estatuto da Advocacia para criminalizar a prática de violação de direitos e prerrogativas dos advogados (PLS 141/2015) não precisará passar pelo Plenário do Senado e será examinado agora pela Câmara. O recurso apresentado para a votação da proposta no Plenário não recebeu número suficiente de assinaturas, informou Jorge Viana (PT-AC), na sexta-feira.

Aprovada em caráter terminativo pela Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 9, a proposta precisaria passar pelo crivo do Plenário caso o recurso fosse lido:

— A Presidência comunica ao Plenário que foi protocolado recurso na Secretaria-Geral da Mesa, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado 141, de 2015. No entanto, o referido recurso deixa de ser lido por não conter um número de subscritos mínimo, previsto no Regimento Interno, tendo sido aprovado

terminativamente pela CCJ — disse Viana, que presidiu a sessão.

O projeto criminaliza o exercício ilegal da profissão de advogado, estabelecendo pena de um a três anos de detenção. A relatora na CCJ, Simone Tebet (PMDB-MS), julgou “demasiadamente severa” a punição e reformulou a pena para seis meses a dois anos de detenção, mesmo patamar já aplicado pelo Código Penal para a prática ilegal da medicina e odontologia.



Roque de Sá/Agência Senado

Viana, que comandou a sessão, disse que recurso não teve apoio suficiente

Telmário pede apoio para buscas em naufrágio

Quase 20 dias após o naufrágio de um rebocador que colidiu com um navio no Rio Amazonas próximo ao município de Óbidos, no oeste do Pará, nove pessoas ainda continuam desaparecidas. Na sexta-feira, Telmário Mota (PTB-RR) apelou à Marinha e ao ministro da Defesa, Raul Jungmann, por medidas para acelerar as buscas para a recuperação dos corpos.

Embora o acidente não tenha sido em seu estado, Telmário disse que foi contatado por um familiar de uma das possíveis vítimas, de quem recebeu pedido para que acionasse autoridades em Brasília. Pelo relato que lhe foi feito, as famílias estão em situação de desespero diante da demora e da falta de informações sobre o resgate.



Roque de Sá/Agência Senado

Viana cobra explicações sobre apagão no Acre

Um apagão na noite de quinta-feira atingiu parte do Acre e de Rondônia, deixando dezenas de cidades às escuras por mais de uma hora, inclusive as capitais Rio Branco e Porto Velho, disse Jorge Viana (PT-AC).

O senador apresentou requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao Operador Nacional do Sistema (ONS), à Eletrobrás e à Eletronorte.

— Essa falha gravíssima foi em decorrência da falta de segurança de abastecimento local ou algo como um acidente? Quem vai pagar os prejuízos?

O senador também apresentou requerimento à Comissão de Relações Exteriores (CRE) de uma audiência sobre a intenção do governo de vender parte do satélite geoestacionário brasileiro.

Gurgacz quer facilitar pagamento do Funrural

Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou a Medida Provisória 793/2017, que permite o acerto da dívida dos agricultores com o Funrural, mas anunciou a apresentação de emenda para melhorar as condições de regularização dos débitos. Gurgacz propõe que o prazo para a adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) seja estendido de 29 de setembro para 30 de novembro. Também quer que o pagamento inicial caia de 4% para 1% da dívida consolidada, como prevê a MP.

— Quatro por cento é muito para o agricultor pagar de uma só vez, mesmo sendo em quatro parcelas. Ninguém se nega a pagar a conta, mas quer ter condições para fazê-lo.



Roque de Sá/Agência Senado

Paim propõe mudanças na nova lei trabalhista

Contrário à reforma trabalhista aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Michel Temer, Paulo Paim (PT-RS) anunciou na sexta-feira a apresentação de projetos que revogam dispositivos da nova legislação.

Paim quer derrubar a possibilidade de que negociações entre trabalhadores e empresas se sobreponham à legislação trabalhista, o chamado acordado sobre o legislado, por meio do PLS 252/2017; o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (PLS 251/2017); o trabalho intermitente (PLS 253/2017); e o trabalho em condições insalubres das gestantes e lactantes (PLS 254/2017).

— A nova lei tem vários dispositivos inconstitucionais, desumanos, e só criam conflito ainda maior na relação empregador e empregado.



Por ocasião do Dia da Fotografia, o portal Senado Notícias abriga mostra de imagens dos fotógrafos do Senado que revelam o trabalho dos senadores

O dia a dia do Senado visto pela lente dos fotógrafos

Leonardo Sá, editor de fotografia

O Dia Internacional da Fotografia tem origem em 19 de agosto de 1839, quando foi anunciada a descoberta da daguerreotipia (técnica de obtenção de imagem em uma placa de metal). Desde então, a evolução da tecnologia simplificou os processos de captação, armazenamento e reprodução das imagens e, com isso, disponibilizou recursos cada vez

mais sofisticados, além de o custo ficar mais baixo e o uso ser facilitado. Assim, a foto atingiu o caráter de registro histórico.

No Senado, a fotografia é um instrumento de transparência e divulgação das atividades legislativas e institucionais. No portal Senado Notícias e no **Jornal do Senado**, o fotojornalismo cobre o dia a dia da Casa, incluindo os temas relevantes que estão sendo debatidos no Congresso Nacional.

Para comemorar a data, o Senado Notícias abriga a exposição *Dia Internacional da Fotografia — o olhar da Agência Senado*. A galeria conta com 40 fotografias e mostra a história do país que passa pelo Senado e pelos olhos dos fotógrafos da Casa, que registram cada acontecimento e ajudam a entender o nosso tempo.

Veja a exposição no Portal de Notícias: <http://bit.ly/OlharAgenciaSenado>



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



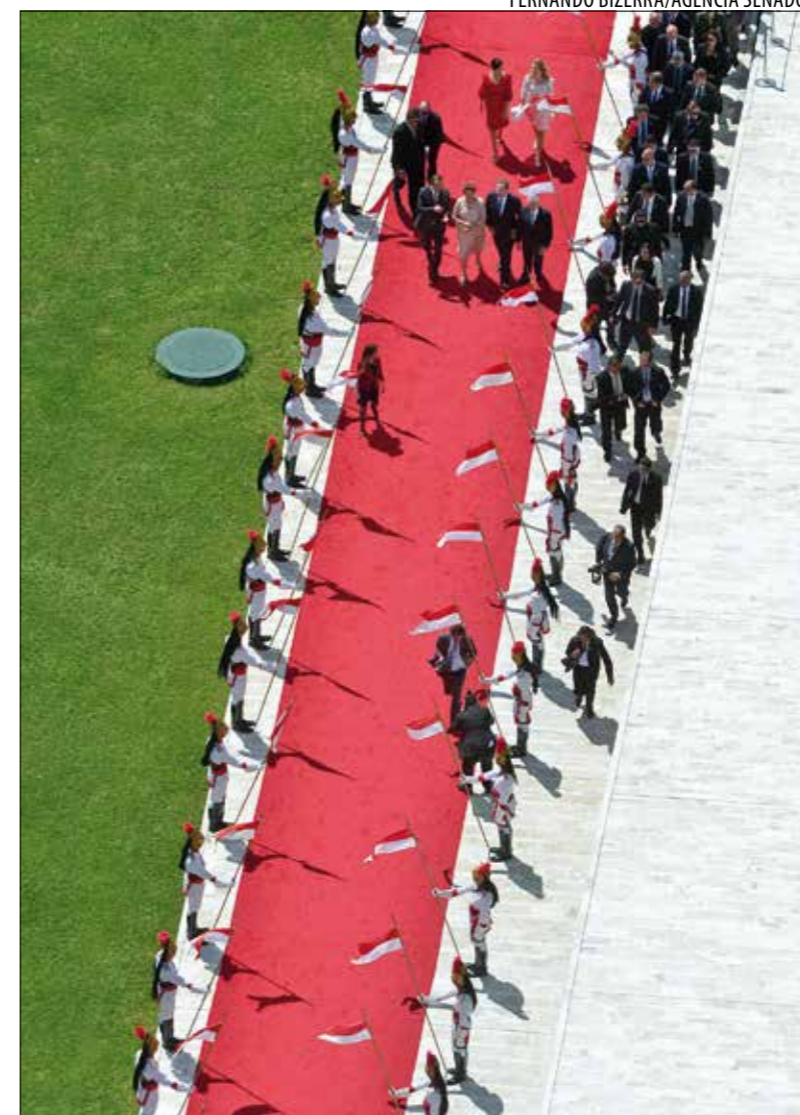
MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



FERNANDO BIZERRA/AGÊNCIA SENADO



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



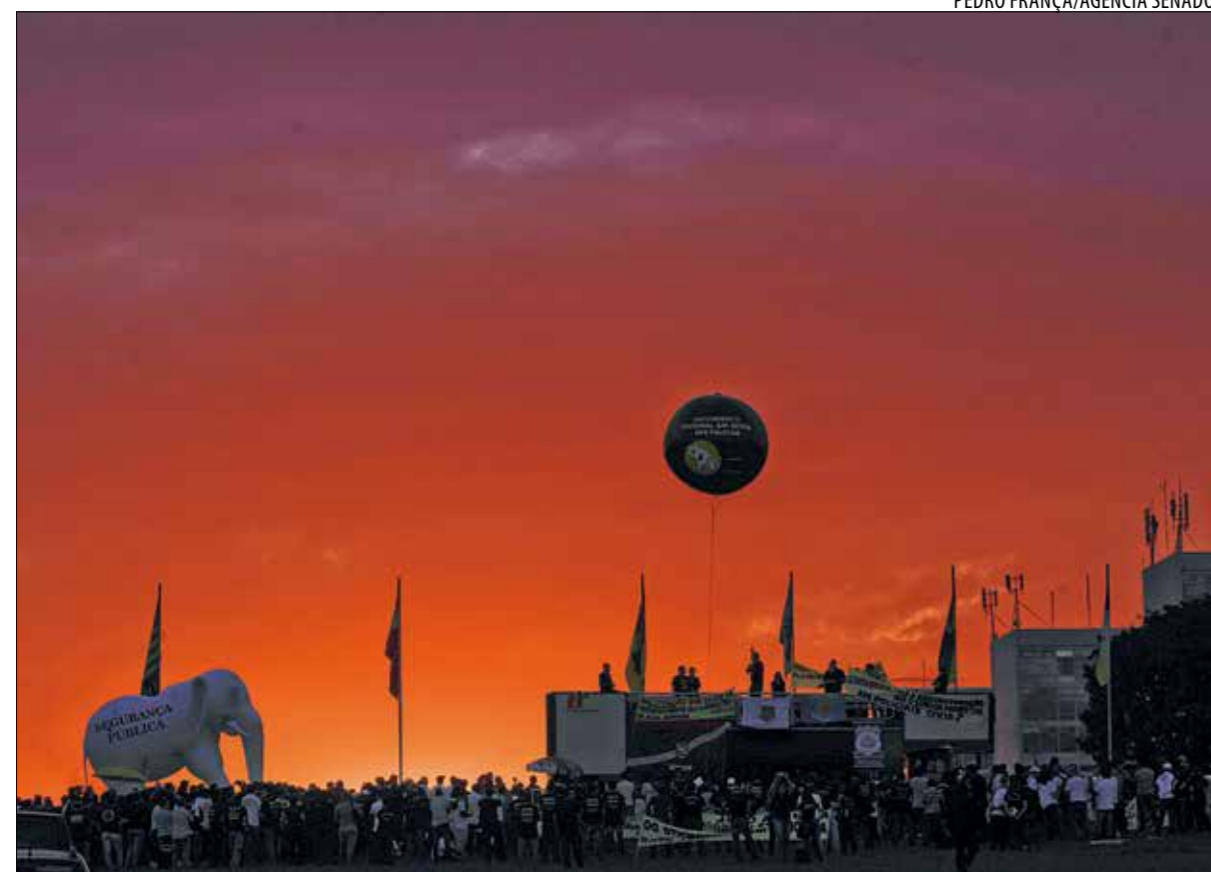
WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Projeto cria comitê contra assédio no Senado

A proposta, que está pronta para ser votada na CCJ, prevê que o comitê receberá denúncias de perseguição moral e sexual de servidoras efetivas, comissionadas e terceirizadas da Casa

O SENADO FEDERAL pode criar o Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral ou Sexual. A proposta partiu da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), por meio do projeto de resolução (PRS 6/2011), e está pronta para ser votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta conta com voto favorável da relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O projeto prevê que o organismo será composto por três senadoras, que serão indicadas para mandato de dois anos, permitida a recondução uma única vez e por igual período. As indicações serão feitas pelas lideranças partidárias à Mesa do Senado — encarregada da escolha das integrantes — sempre no início da primeira e da terceira sessão legislativa de cada legislatura.

Denúncias

O comitê terá a missão de receber denúncias relativas a assédio moral ou sexual de servidoras efetivas, comissionadas e terceirizadas do Senado. Se a queixa estiver bem fundamentada, o organismo irá elaborar relatório

sobre os fatos denunciados e encaminhá-lo ao Conselho de Ética para abertura de processo disciplinar.

Caso a denúncia não se sustente, o relatório será arquivado. O Comitê de Defesa da Mulher também deverá preservar a identidade da denunciante, que receberá ainda garantias quanto ao cargo, função ou emprego exercidos no Senado se a acusação não prosperar.

“Caso o Senado Federal aprove a proposição apresentada, certamente se transformará em referência a ser seguida por outras casas legislativas em todos os níveis da Federação”, afirma Gleisi.

Superposição

Ao avaliar o projeto, Vanessa procurou verificar se a iniciativa não se chocava com trabalho similar já realizado pela Procuradoria Especial da Mulher e pelo Observatório da Mulher contra a Violência, ambos vinculados ao Senado. Nessa comparação, constatou que os três trilham caminhos paralelos, mas distintos.

Em relação à Procuradoria Especial da Mulher, a senadora observou que o órgão milita



Vanessa, relatora, e Gleisi, autora do projeto que cria o comitê contra assédio moral ou sexual da mulher

em defesa da dignidade de todas as mulheres do Brasil, e não apenas das que são vítimas de crimes ou violação de condutas éticas no local de trabalho. Vanessa também descartou a superposição de competências entre o Comitê de Defesa da Mulher e o Observatório da Mulher, que tem a função de produzir ou tratar dados para a elaboração de propostas legislativas ou formulação de políticas públicas voltadas à preservação da dignidade da mulher e à promoção de seu protagonismo na sociedade.

Após superar essa questão, a relatora da CCJ passou a

examinar a conexão entre o Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral ou Sexual e o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Como o código cuida de zelar pelo cumprimento do mandato pelo senador, de forma compatível com a ética e o decoro parlamentar, Vanessa concluiu que o comitê vai atuar como uma instância especializada para conferir tratamento qualificado às denúncias de assédio moral ou sexual envolvendo senador ou senadora.

— Ainda que a denúncia encaminhada à Procuradoria Especial da Mulher trate

de ato de assédio moral ou sexual cometido por senador ou senadora em face de servidora, empregada, estagiária ou terceirizada que atue no Senado Federal, entendemos que, aprovado o PRS 6/2011, a denúncia deverá ser encaminhada pela Procuradoria Especial da Mulher ao Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral ou Sexual, que terá a competência de realizar apreciação prévia da matéria antes de encaminhá-la ao Conselho de Ética.

Depois de passar pela CCJ, o projeto segue para aprovação da Comissão Diretora do Senado.

Regra para descarte de baterias está na pauta da Comissão de Meio Ambiente

Estimular o descarte correto de baterias é o objetivo do Projeto de Lei do Senado (PLS) 537/2011, que deve ser analisado amanhã pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), em reunião a partir das 11h30. A proposta regulamenta o recolhimento e a destinação final de baterias com chumbo e ácido sulfúrico em sua composição — as automotivas e as industriais.

A intenção é que essas baterias tenham o mesmo tratamento de pilhas e baterias comuns, com comerciantes, importadores e fabricantes sendo responsáveis pela coleta e destino final, a chamada logística reversa.

No texto original, o autor, senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), prevê a criação de lei específica para tratar do tema, mas o relator na CMA, senador

Acir Gurgacz (PDT-RO), apresentou substitutivo para propor que as regras para a logística reversa de baterias industriais e automotivas sejam incluídas na lei que institui a Política de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), já regulamentada pelo Executivo.

Responsabilidade

A lei obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pilhas e baterias comuns a manter local para recolher produtos descartados pelos consumidores e a adotar medidas para o destino adequado deles. A sugestão do relator é de incluir na norma item específico para que esses procedimentos sejam adotados para baterias industriais e automotivas que usem chumbo e ácido sulfúrico.

O relator retirou do texto detalhes operacionais que, na opinião dele, são minuciosos e devem ser deixados para a atividade regulamentadora do Poder Executivo. Com isso, explica, seria possível fazer mudanças periódicas nas regras em decorrência dos avanços tecnológicos no setor. Também foram retiradas punições para quem descumprir a norma, já que, segundo Gurgacz, a lei vigente permite punir essas condutas.

Como terá decisão terminativa, se for aprovado e não houver recurso para que seja analisado pelo Plenário, o projeto poderá seguir para a Câmara dos Deputados.

Outro projeto em pauta é o PLS 63/2017, que agrava a pena para quem extrai recursos minerais sem

autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a liberação obtida do poder público. O autor, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), propõe que os infratores, hoje punidos com seis meses a um ano de detenção, recebam pena de um a cinco anos de reclusão, mantida a aplicação de multa.

O senador justifica o tratamento mais rigoroso com o argumento de que vem crescendo a extração irregular de areia de vales, rios e matas ciliares. Ele observa que essa atividade provoca erosão e descompactação do solo, dando origem, em muitos casos, à desertificação. O relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), recomenda a aprovação da proposta, que terá também decisão terminativa na comissão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso se reúne amanhã para analisar vetos

Entre eles, estão vetos à LDO de 2017 e à regulação da profissão de designer de interiores. Projetos que destinam recursos para órgãos do Executivo e Justiça Eleitoral também estão na pauta

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, convocou sessão do Congresso Nacional amanhã, às 19h. Na pauta, constam 16 vetos e 2 projetos de lei.

Entre os vetos a serem apreciados, está o veto parcial (VET 50/2016) à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (LDO — PLN 2/2016) e o veto parcial (VET 49/2016) ao projeto que regulamenta a profissão de designer de interiores (PLC 97/2015).

Também consta da pauta

o veto total (VET 9/2017) ao projeto que trata da interdição cautelar de estabelecimento envolvido na prática de infração sanitária, como a falsificação de medicamentos (ECD 2/2014).

Deputados e senadores também vão analisar o projeto (PLN 11/2017) que destina R\$ 38 milhões a diversos órgãos do Executivo e o que destina R\$ 37 milhões para a Justiça Eleitoral, para a Defensoria Pública da União e outros órgãos (PLN 12/2017).



Senadores e deputados têm 16 vetos e 2 projetos de lei na pauta, incluindo créditos orçamentários

Jonas Pereira/Agência Senado - 30/5/2017

Comissão vota renegociação de dívidas tributárias

A comissão mista que analisa a medida provisória da renegociação de dívidas não tributárias deve votar amanhã relatório do senador Wilder Moraes (PP-GO) sobre a proposta. A MP 780/2017 será analisada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, que acolheu algumas emendas e sugeriu mudanças no texto original do Poder Executivo.

A MP institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD). O programa é uma espécie de Refis, que permitirá a renegociação de dívidas com autarquias, com fundações públicas federais e com a Fazenda. Poderão ser quitados débitos não tributários vencidos até 31 de março de 2017 de pessoas físicas ou jurídicas.

Os débitos de natureza não tributária compreendem muitas de diversas origens, como de administrativa, trabalhista, eleitoral e penal, além de dívidas com órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), entre outros. A expectativa do governo é arrecadar R\$ 3,4 bilhões, dinheiro que contribuirá para reduzir o contingenciamento em 2017.

Emendas

Das 55 emendas apresentadas por deputados e senadores, Wilder acatou 2 na íntegra e 7 parcialmente. As demais foram rejeitadas. Acatada totalmente, uma emenda do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) exclui do programa o devedor que

deixar de pagar seis parcelas alternadas. Na redação original da MP, a exclusão se daria após o não pagamento de três parcelas alternadas.

A outra emenda acolhida integralmente é do senador José Medeiros (PSD-MT). Ela reduz as condições para o devedor participar do PRD e permite renegociação de dívidas junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério da Educação.

Em seu substitutivo, o relator exclui do PRD os débitos perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e abre possibilidade de o pagamento de juros e multas ser parcialmente convertido em projetos de investimentos compatíveis com as prioridades estabelecidas pelo Executivo.

Wilder também acrescentou a inclusão de débitos vencidos no programa até a data de publicação da futura lei e a explicitação de que os descontos abrangem as multas aplicadas pela ausência de recolhimento de receitas públicas e outras mudanças pontuais.

A comissão mista da MP 780 é presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PSD-SC) e o relator-revisor é o deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR).



Relator da MP, Wilder Moraes elaborou substitutivo ao texto do governo

Colegiado debate hoje alianças internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promove hoje, às 18h, uma audiência pública para debater a integração do Brasil com outros países.

A audiência será realizada dentro do ciclo O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?. O 10º painel do ciclo tem como tema "Integração e as alianças estratégicas no limiar da terceira década do século 21: cooperação ou conflito?"

Dentro desse tema, serão discutidos multilateralismo, regionalismo e bilateralismo; o impacto do multilateralismo das relações internacionais nos processos de integração regional; os acordos transpacífico e transatlântico; a União Europeia e o Nafta; e o Mercosul.

Para o debate, estão convidados os professores Eiiti Sato, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, e Bernardo Palhares Campolina Diniz, do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Completa a lista de convidados o secretário de Ações Estratégicas da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, embaixador Marcelo Baumbach.

A audiência atende a um requerimento do senador Fernando Collor (PTC-AL), presidente da comissão.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Projeto reforça investimento em pesquisa nas universidades

A criação de fundos patrimoniais vinculados a universidades é um dos temas da pauta da próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O encontro está marcado para amanhã.

A proposta está no PLS 16/2015, da senadora Ana Amélia (PP-RS). O relator é o senador Armando Monteiro (PTB-PE), que é favorável à iniciativa e fez sugestões de mudanças ao texto. Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o texto será enviado à Câmara.

O projeto foi debatido na última reunião da CAE, no dia 15, quando foi concedida vista coletiva do texto. Ana Amélia elogiou o trabalho do relator e argumentou que a iniciativa vai assegurar às universidades fonte extra de recursos para serem usados exclusivamente em pesquisa e desenvolvimento científico.

— É uma inovação feita no Brasil para assegurar às universidades uma fonte de recursos fora do Orçamento. E se torna mais oportuna diante do teto de gastos estabelecido pelo Congresso com a famosa PEC 55. Estamos trazendo algo que já existe com sucesso nos Estados Unidos e na Inglaterra — afirmou.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ver com bons

olhos a proposta, que não substituirá o caráter público do financiamento das universidades. Ele também aproveitou para criticar o governo Temer, o qual, segundo ele, está desmontando o ensino público.

— As áreas da ciência e tecnologia enfrentam talvez a sua maior crise. Foram cortados, de janeiro a maio deste ano, em relação ao mesmo período de 2016, 44% dos recursos. Há uma destruição. São centros de pesquisa e laboratórios fechando as portas — lamentou.

Calamidade

Outro projeto na pauta trata da criação de fundo para atendimento às situações de emergência e de calamidade decorrentes da seca.

O PLS 791/2015, do senador José Agripino (DEM-RN), já passou pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O fundo deverá ser criado pelo governo federal e gerido por um conselho deliberativo com apoio técnico e administrativo do órgão que executa a Política Nacional de Defesa Civil. O dinheiro só poderá ser usado para compra ou locação de equipamentos e bens necessários ao atendimento das situações de emergência.



CAE, presidida por Tasso Jereissati (D), pode decidir sobre texto amanhã

Edison Rodrigues/Agência Senado - 15/08/2017

Estatuto partirá de voto contra reforma trabalhista

O anúncio foi feito por Paulo Paim, que presidiu audiência na sexta-feira na subcomissão que discute a criação do texto, a ser apresentado em meados do próximo ano

A PROPOSTA DE criação do Estatuto do Trabalho, que está sendo discutida no âmbito de uma subcomissão da Comissão de Direitos Humanos (CDH), deverá ter como ponto de partida o relatório aprovado em junho na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) contra a reforma trabalhista, anunciou Paulo Paim (PT-RS) em audiência na subcomissão na sexta-feira.

O texto originou-se de um voto em separado, mas a reforma (Lei 13.467/2017) foi posteriormente sancionada pelo presidente Michel Temer em julho após aprovação pelo Plenário do Senado.

O texto aprovado pela CAS rejeitava na íntegra o projeto apoiado pelo governo, analisando-o artigo por artigo. Paim, relator do Estatuto do Trabalho, disse que a proposta deverá ser apresentada ao Senado em meados do próximo ano, após percorrer todos os estados ouvindo a sociedade em busca do aprimoramento do texto.

— Não me iludo, sei que é impossível o atual Congresso aprovar um projeto como este. Nosso objetivo é batalharmos por sua efetivação a partir do Parlamento que sairá das urnas no processo eleitoral de 2018 — esclareceu.

A reforma trabalhista, que entrará em vigor a partir em novembro, foi criticada por todos os participantes da audiência.

Para Alexandre Caso, da Intersindical, o estatuto pode ser a oportunidade para que a sociedade recomponha a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que foi “completamente desfigurada” pelo texto aprovado pelo Congresso.

Ele também lamentou que o setor bancário, entre outros, já esteja demitindo e buscando a recontração dentro do novo marco legal, que ele entende ser “mais precarizado”.

Dano moral

O chefe da assessoria jurídica da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), Marcio Amazonas, entende que a Lei 13.467/2017 tem inúmeros dispositivos inconstitucionais, como a tarifação do dano moral.

— Um dos pilares dessa indenização é considerar o salário daquele que sofreu o dano. Mas, à medida que você tarifa, você provoca situações absurdas. Se um executivo que ganha R\$ 13 mil por mês perder um dedo, ele terá uma indenização tarifada superior ao trabalhador que perder a vida caso receba um salário



Ana Cláudia Bandeira, Ludmila Costhek, Flauzino Neto, Paulo Paim, Hugo Melo, Carlos Alberto Altino e Enilson da Silva

mínimo. Esse artigo é a síntese de uma reforma que despreza o trabalhador — lamentou.

Outra situação apontada por Amazonas como “ilegal e absurda” na tarifação do dano moral é que o trabalhador que sofrer um acidente em seu local de trabalho terá uma indenização menor do que um consumidor que passar pela mesma situação, caso ocorra dentro da mesma empresa.

O presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, Hugo Melo, considera que a reforma é inconstitucional, dentre outras razões, “por infringir inúmeros acordos assinados pelo Brasil no âmbito do Mercosul e da Organização Internacional do

Trabalho (OIT)”.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, pediu a mobilização da classe trabalhadora contra propostas tramitando no Senado — o PLS 280/2017, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), e o PLS 149/2014, de Cidinho Santos (PR-MT) — que, no seu entender, são “um passo adiante na precarização de direitos já apontada pela reforma trabalhista”.

Combate

Segundo o auditor-fiscal, a proposta de Anastasia delega à iniciativa privada o poder de polícia relacionado à fiscalização da legislação, e o projeto

de Cidinho instaura o conceito de “dupla visita” para todas as inspeções de trabalho.

— A dupla visita é uma exceção, existe para socorrer os pequenos empregadores. Se você estender esse conceito para todas as empresas, então a Petrobras, a Odebrecht, a OAS e todas as outras grandes empresas deste país poderão alegar o desconhecimento da legislação no caso de uma primeira inspeção para não serem autuadas — criticou.

A proposta de Cidinho, se concretizada, de acordo com Silva, criará o risco de, na prática, as empresas pagarem o fiscal que vai inspecioná-las, por meio de processos de terceirização.

Senadores debatem hoje corte orçamentário na fiscalização do trabalho escravo

As dificuldades no combate ao trabalho escravo e infantil serão tema de audiência pública hoje na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo Paulo Paim (PT-RS), autor do pedido de audiência, o Ministério do Trabalho foi um dos mais afetados pelos cortes orçamentários impostos pelo governo federal, o que prejudica ações de fiscalização e atendimento de denúncias.

Para Paim, o corte de verbas “vai precarizar ainda mais as condições de trabalho, sucatear órgãos de investigação e, por fim, inviabilizar o combate ao trabalho escravo e infantil”.

O senador defende que a atuação dos fiscais em campo depende de auxílio de alimentação, serviço adequado de telefonia e combustível.

No dia 26 de julho, o Minis-



Segundo o Tribunal Superior do Trabalho, há 2,7 milhões de crianças e adolescentes trabalhando atualmente no Brasil

tério do Trabalho anunciou que, apesar dos cortes divulgados, as operações da pasta para o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil terão os recursos garantidos e serão mantidas sem cortes nos próximos meses. Mas,

segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a quantidade de estabelecimentos fiscalizados no primeiro semestre de 2017 caiu para menos da metade em comparação com 2016.

A audiência, marcada para

as 9h, será interativa. Para participar, foram convidados o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Fernando da Silva; o coordenador da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho

Escravo, Adilson Carvalho; a integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal Augusta Machado Tamasauskas, e o presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal, Néilton Português de Assunção.

Também deve comparecer à audiência a subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Frischeisen coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também estão entre os convidados.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Cade e Sebrae apresentam soluções para a economia em audiência amanhã

O custo Brasil será o tema da audiência pública interativa de amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). É a terceira audiência de uma série promovida pelo Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas, coordenado pelo

senador Armando Monteiro (PTB-PE).

O objetivo do grupo de trabalho, criado em março, é identificar os obstáculos que impedem a redução do custo Brasil e oferecer soluções que facilitem o empreende-

dorismo, gerando empregos e renda.

A audiência discutirá o papel da concorrência, das microempresas e da inovação sobre a produtividade. Foram convidados a conselheira do Conselho Administrativo de

Defesa Econômica (Cade) Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt e o diretor-presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

Cristiane é doutora em economia e foi economista do banco Itaú.

Afif foi deputado federal, candidato à Presidência em 1989, vice-governador de São Paulo e ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate